CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 1810 /72

Aprovado por Deliberação

em 27/ 11 /1972

PROCESSO : CEE-n° 1144/69
INTERESSADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU
ASSUNTO : Solicita concessão de auxílio da Secretaria da Educação
mediante convênio.
CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU
RELATOR : CONSELHEIRO OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO

HISTÓRICO: A Fundação Educacional de Bauru, solicita subvenção do Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, mediante convênio a ser assinado pelas partes, através de diferentes processos: 1144/69, para implantação de um plano de diretriz regional de desenvolvimento integrado; 164/70, para auxílio de instalação e funcionamento de Escola Superior de Tecnologia; 745/70, para auxílio e funcionamento da Faculdade de Engenharia, e em recebendo-o se obrigaria a destinar parte a bolsas- Ficaram sem solução, paralisados. Postos novamente em andamento vieram à Câmara de 3º Grau e foram a mim distribuídos. Além desses processos, há mais dois da referida Entidade, mencionados no processo 164/70, que não me foram encaminhados, e cujo andamento ignoro, de ns. 758/70 e 774/70, também de pedidos de auxílio, e 757/70 sobre instalação de Faculdade de Educação.

Preliminarmente solicitei à Assessoria Técnica- deste Conselho dizer a respeito desses processos, nestes termos:

a) Se mantém o seu parecer, quanto ao pedido no processo 1144/69 e repetido no processo 169/69, e, outrossim, se não perdeu oportunidade, ante a data pedida e a atual, ouvido talvez o Diretor da Fundação Educacional;

b) relativamente ao processo 743/70 e anexo, impõe-se, como preliminar, conforme parecer de fls. 9/10, a verificação de existência de verba no orçamento da Secretaria da Educação, para atender ao pedido, e, outrossim, a satisfação da instrução pelo interessado dos elementos nele referidos;

c) com referência ao processo 164/70, há deliberação do Plenário, que consta de fls. 164, conseqüentemente, se existe projeto ou resolução aprovada a respeito da citada deliberação;

d) quanto aos processos 757/70, 758/70 e 774/70 ,objeto da relação de fls, onde se acham e quem os seus atuais relatores, pois não foram anexados ao acima referidos e nem me vieram encaminhados.

Em resposta à consulta constante da letra "a" veio ofício junto ao processado esclarecendo que a Instituição continua interessada em obter a subvenção pedida no processo 1144/69.

Quanto a letra "b", sugere a Assessoria o seguinte:

1 - Solicitar da Fundação os esclarecimentos necessários sobre - personalidade jurídica, número de alunos, anuidades cobradas, cursos ministrados, corpo docente; ou, consultá-la se ainda está interessada no convênio.

2 - Encaminhar à Secretaria da Educação, para que seja ouvida a Divisão de Finanças sobre a existência de verba para atender ao encargo decorrente do novo convênio.

Relativamente à letra "c", conforme se salientou no pedido de informação, há deliberação do Plenário, mandando restituir o processo à Câmara de Planejamento, tendo em vista a indicação do Conselheiro Jair de Andrade no sentido de que "Não considere o Conselho Pleno pedidos de auxílios aos estabelecimentos de ensino, antes que sejam aprovadas as normas, regulando a concessão de subvenções". A respeito, segundo a resposta da Assessoria, o assunto em pauta continua em suspenso, no que se refere à indicação. Entretanto, apesar de não terem sido fixadas as normas, o Conselho Estadual de Educação tem examinado assunto de convênio casuisticamente, desde que devidamente instruído o processo e com as prévias manifestações dos órgãos competentes da Secretaria da Educação.

FUNDAMENTO: No processo CEE 1031/71 em que a Faculdade "Auxilium" de Filosofia, Ciências e Letras de Lins solicitará auxílio para as instalações da sua Biblioteca e Laboratório, bem como para concessão de bolsas de estudo para os alunos carentes de recursos, tive a oportunidade, em verificando, conforme informação da Secretaria da Educação que havia verba para atender ao pedido, de opinar que fosse deferido. Esse parecer mereceu a aprovação da Câmara de 3º Grau, mas foi rejeitado pela maioria do Plenário, entendendo devia só ser levado a efeito após pronunciamento da Secretária da Educação, devidamente justificado, em que se comprovasse a conveniência dele em face de dados concretos.

Reconheço que, salvo casos excepcionais, a critério do Governador do Estado ou da Secretaria da Educação, os convênios, seja para obras ou aquisição de material, em geral, de ensino (aparelhagem, livros, etc), e, outrossim, para bolsas a alunos carentes de recursos, devem ser feitos, dentro de programação, em que os interessados deveriam satisfazer os planos, objeto de estudo pelo CEE, que examinaria, dentro de prazo marcado para serem requeridos, os di

ferentes pedidos e opinaria a respeito, conforme verba posta à disposição da Secretaria da Educação para tanto. Como ora se está processando, esses convênios são levados a efeito sem qualquer critério normativo, previamente estabelecido, e sem verificação de dados para o seu atendimento.

CONCLUSÃO: Como preliminar, quanto aos pedidos em referência no histórico deste, cumpre haver prévia audiência da Secretaria da Educação para os efeitos acima salientados. Urge, entretanto, que sejam baixadas normas, por este Conselho, a respeito da matéria. Talvez a Secretaria da Educação, por intermédio de órgão competente, em face de dados concretos que possui e faltam ao Conselho, poderia, a título de colaboração, sugerir anteprojeto a respeito, para ser examinado por esta Câmara de 3º grau, e, posteriormente, pelo Plenário.

São Paulo, 12 de outubro de 1972.

a) Cons. Oswaldo A. Bandeira de Mello - Relator.

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Luiz Cantanhede Filho, Moacyr Vaz Guimarães, Olavo Baptista Filho, Oswaldo a. Bandeira de Mello, Wlademir Pereira, Rivadávia Marques Jr., José Augusto Dias, Antonio Delorenzo Neto.

Sala das sessões em 30 de outubro de 1972.

a) Conselheiro Paulo Gomes Romeo - Presidente.